



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Concurso Público para Provimento de Cargo de
SUPERVISOR DE ENSINO - SQC - II - QM/ SE

NOME DO CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

CADERNO DE QUESTÕES

Primeira Parte QUESTÕES OBJETIVAS

Instruções – Prova Objetiva:

- Você receberá do fiscal:
 - 1 (um) Caderno de Questões contendo 80 (oitenta) questões objetivas de múltipla escolha.
 - 1 (uma) Folha Definitiva de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Você terá 4 (quatro) horas para a realização da prova, incluindo o tempo para o preenchimento da Folha Definitiva de Respostas.
- O tempo de permanência mínima é de 2 (duas) horas contadas a partir de seu efetivo início.

Caderno de Questões:

- Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas, caso contrário, solicite ao fiscal de sala outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- O candidato interessado em levar o seu Caderno de Questões somente poderá retirar-se do local de realização das provas no decurso dos últimos 15 (quinze) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

Folha Definitiva de Respostas:

- Ao receber a Folha Definitiva de Respostas, verifique se os dados impressos na mesma estão corretos, caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
 - Assine somente no local indicado.
 - Você deverá preencher os alvéolos, na Folha Definitiva de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
 - Não serão computadas questões assinaladas a lápis, não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
 - Não dobre nem amasse a Folha Definitiva de Respostas.
 - Não haverá substituição da Folha Definitiva de Respostas.
-
- Ao término da prova, chame o fiscal de sala para devolver sua Folha Definitiva de Respostas.
 - As questões estarão disponíveis no site www.institutocetro.org.br



INSTITUTO CETRO

CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Segundo Santos (2001), a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e, para entendê-la, há que considerar dois elementos fundamentais:

- (A) o estado das técnicas e o estado da política, necessários ao entendimento de qualquer fase da história.
- (B) a economia e a ciência aplicada à produção material.
- (C) a velocidade da mudança tecnológica e a informação em tempo real.
- (D) a escassez, enquanto fenômeno econômico, e o estado da técnica, enquanto conhecimento.
- (E) a redefinição do conceito de espaço geográfico e do conceito de fronteiras.

2. A globalização atual adota formas brutais para impor mudanças que levam à necessidade urgente de rever o que fazer com as coisas, as idéias e também com as palavras. Trata-se de uma dupla tirania: do dinheiro e da informação.

Esta imposição é externa aos países e movida por empresas mundiais que competem entre si, sobrevivendo as que têm mais-valia maior.

Segundo Santos (2001), qual o efeito, nos países, dessa imposição por mudanças?

- (A) Os países se tornam mais definidos em sua identidade nacional, como reação dialética à tendência de homogeneização. Há uma busca interna de avanço tecnológico para não desaparecer na feroz competição que se trava entre as economias nacionais. Nesse movimento, é freqüente os estados se tornarem autoritários.
- (B) O efeito não é uniforme para todos os países. Quando o país é adiantado na economia e na tecnologia, sua identidade é reforçada e todas as camadas sociais beneficiam-se da mais-valia. Já os atrasados, chegam a “negar” sua identidade cultural e têm a maioria da população pauperizada e uma minoria enriquecida.
- (C) É um efeito fragmentador, pela imposição da competição e do individualismo que solapam os vínculos de solidariedade; há também um efeito de enraizamento de cada um a seu território, na forma de bens imóveis, como contrapartida da velocidade das mudanças.
- (D) É um efeito aglutinador sobre os países como totalidades político-econômicas, fazendo com que formem blocos para competirem com mais força no mercado global. Em cada país, os estados nacionais, mesmo as ditaduras, sofrem um processo de modernização tecnológica, para viabilizar o funcionamento dos blocos.
- (E) É um efeito fragmentador. As fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e a informação; os países, enquanto estrutura em movimento, perdem visibilidade; o estado se omite quanto aos interesses das populações e se torna mais forte e ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante.

3. Oliveira (2003), analisando a relação entre educação e planejamento como determinante na concepção da escola como núcleo da gestão educacional, afirma, entre outras, a idéia de que, a partir da década de 90,

- (A) a valorização do setor privado como referencial de modelo eficaz de gestão parte do suposto de que os recursos para a educação são insuficientes e os mecanismos de distribuição, irracionais.
- (B) o planejamento central ainda responde às expectativas do momento, definindo investimentos e uniformizando-os para cada escola, cada município e cada estado, independentemente de suas potencialidades.
- (C) é depositada na educação a expectativa de que esta possa, através da mobilidade social, melhorar os mecanismos de distribuição de renda e inserção produtiva, através do preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho.
- (D) a grande produção acadêmica denunciando o caráter economicista das relações entre educação e desenvolvimento resulta na superação desta abordagem, tanto nos planos de governo quanto em documentos que tratam de políticas sociais.
- (E) as reformas administrativas no setor educacional vêm incorporando, efetivamente, os segmentos sociais e suas representações em novos modelos de gestão mais democráticos, porque mais participativos na descentralização dos serviços.

4. De acordo com análise de Bruno, em artigo da coletânea *Gestão Democrática da Educação* (2003), no atual processo de internacionalização da economia, comumente designado por *globalização*, a transnacionalização corresponde a um estágio superior de internacionalização que o capital alcançou. Sua novidade é conjugar a ação dos grandes grupos econômicos entre si e no interior de cada um deles, diretamente, sem preocupação com a integração de nações ou de sistemas econômicos nacionais. Dentre outras implicações, a autora destaca:

- I. não há possibilidade de desenvolvimento fora desse quadro de economia internacionalizada e as diferentes nações não encontram condições sociais e econômicas homogêneas, reproduzindo-se as desigualdades em escala mundial.
- II. a integração é feita entre setores da economia, de diferentes nações, de acordo com níveis distintos de produtividade, de capacidade de inovação, de formas de exploração do trabalho, mundialmente estabelecidos, e não entre economias nacionais.
- III. a estrutura de poder do pós-guerra não se mantém, mas a ONU, como organismo internacional é fortalecida, bem como seus diversos conselhos.
- IV. a estrutura de poder com múltiplos pólos esvazia o Estado Central de seus poderes e atribuições, limita sua ação e o desagrega por meio de privatizações, mas age numa certa invisibilidade, porque não tem formalidade jurídica.
- V. a educação escolar é estimulada e recebe investimentos, com vistas a sua universalização e à formação de trabalhadores tecnicamente especializados.

São verdadeiras, de acordo com a autora, as implicações

- (A) II e V, apenas.
- (B) III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

5. Escreve Milton Santos (2001):

Não se pode dizer que a globalização seja semelhante às ondas anteriores, nem mesmo uma continuação do que havia antes, exatamente porque as condições de sua realização mudaram radicalmente. É somente agora que a humanidade está podendo contar com essa nova qualidade da técnica, providenciada pelo que se está chamando de técnica informacional. Chegamos a um outro século e o homem, por meio dos avanços da ciência, produz um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação. Estas passam a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando a presença planetária desse novo sistema técnico.

Diante dessa realidade, o autor vê a globalização

- (A) como irreversível tal como é na realidade: perversa.
- (B) como fase histórica crítica e com desfecho imprevisível.
- (C) como disfarce, como fábula, pois só a minoria poderosa usufrui dela.
- (D) como possibilidade de ser uma outra globalização que ponha o homem em seu lugar, o central.
- (E) como excelência do gênio humano, criador da unidade do planeta por meio da técnica.

6. Ao discorrer sobre os desafios da educação no Brasil, Schwartzman, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005, afirma, entre outros fatos, que

- (A) os gastos brasileiros em educação, em porcentagem do PIB, são menores do que os da Argentina e do Chile.
- (B) existe uma importante concordância entre os números do censo escolar do MEC e os da PNAD/IBGE relativos ao Ensino Fundamental.
- (C) a má qualidade da educação brasileira afeta a todos os alunos da mesma maneira.
- (D) nas economias avançadas, somente um segmento do mercado de trabalho requer competências especializadas.
- (E) o acesso ao Ensino Fundamental, dos sete aos dez anos de idade, continua sendo um problema importante.



7. Charlot (2005), sociólogo da educação, distingue violência na escola, de violência à escola e de violência da escola. Diferencia as questões da violência, da agressão e da agressividade e remete a análise dessas questões às relações entre os sujeitos e deles com o saber. Pondera que

- (A) o investimento educacional deva ser no sentido de fazer desaparecer a agressividade e, como consequência, a agressão e o conflito.
- (B) se deve promover a agressividade e canalizá-la para o esporte, a arte e as diversas formas de concorrência, antes que se torne agressão, violência.
- (C) casos de violência são para a polícia; transgressões e incivildades é que são questões que as escolas devem enfrentar, com aconselhamento.
- (D) a violência dos alunos é sempre resposta ao peso da violência institucional e simbólica que tende a esmagar os alunos que, em defesa, reagem violentamente.
- (E) a escola inscreve-se na ordem da linguagem e da troca simbólica; cabe-lhe regular a agressividade e o conflito pela palavra; não conseguindo, a violência será provável.

8. Na entrevista concedida a Jaime Giolo, Charlot (2005) refere-se ao desafio da educação mundial perante o fenômeno da globalização, dizendo que ele se apresenta em dois problemas, quais sejam:

- I. não confundir a informação com o conhecimento, pois este é que corresponde à produção de sentido nas relações com o mundo e com o outro.
- II. conseguir que a escola melhore o acesso dos alunos a um maior volume de informações para assegurar a eles bons empregos na sociedade globalizada.
- III. enfrentar, na educação, a desigualdade que vai ficando mais forte e dura frente a ela, conforme o saber vai se tornando uma mercadoria.
- IV. conseguir que os professores compreendam o sentido missionário que o magistério tem, em termos de produzir as transformações educativas, necessárias ao contexto globalizado.

Escolha a alternativa que reúne os dois problemas que configuram o desafio da educação perante o fenômeno da globalização, citados pelo autor.

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

9. Cury (2003), em artigo da coletânea *Gestão Democrática da Educação*, analisa o inciso VI, do artigo 206, da Constituição Federal/88, “gestão democrática do ensino público na forma da lei”, estabelecendo relações entre esse princípio constitucional e o atual Conselho Nacional de Educação. Dentre outros aspectos analisados, o autor indica que, pela Lei 9.131/95, o Conselho Nacional de Educação

- (A) é órgão de Estado e permanece como tal, apesar e além da rotatividade dos governos. Em 1995, ganhou em participação da sociedade civil que indica 12 de seus 24 membros, mas teve atributos do antecessor, CFE (Conselho Federal de Educação), transferidos para o MEC.
- (B) é órgão de Estado, subordina-se à Constituição que lhe dá os princípios norteadores, segue a rotatividade dos governos eleitos e atende às solicitações do Ministério da Educação, a respeito do ensino público.
- (C) foi instituído em 1931, como Conselho Federal de Educação, denominação que conservou até 1995. Pela Lei 9.131/95, subordinou-se ao MEC e ganhou funções consultivas, além de conservar as normativas que já desempenhava.
- (D) é órgão de Estado, destinado a assegurar a participação da sociedade civil nos destinos da educação brasileira, podendo, para isso, realizar plebiscito sobre questões com aspectos polêmicos e, ainda, apresentar demandas ao MEC.
- (E) é, atualmente, o órgão mais importante do MEC e o Ministro da Educação, escolhido pelo Presidente da República, eleito pelo povo, é quem indica dois terços de seus membros, dentre ilustres educadores graduados em nível superior.

10. Souza, J. A. R. (2007), em artigo publicado na Revista APASE nº 6 sobre o FUNDEB, analisa alguns aspectos do controle social como parte do processo de democratização, com base nos preceitos constitucionais. A respeito do controle social de ações governamentais, ele afirma que

- I. o controle social deve ser encarado como um pesado fardo pela sociedade civil; por não poder confiar nos governantes, ela se vê obrigada a vigiá-los e, se preciso, puni-los.
- II. no processo de redemocratização, a expressão “controle social” passou a ser aclamada numa perspectiva de incorporar a participação da comunidade na gestão das políticas públicas, com reflexos na Constituição Federal/88, obtidos pela atuação do movimento social.
- III. a participação da sociedade em funções de planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas levou à institucionalização dos Conselhos de Políticas Públicas, como espaços públicos legítimos de articulação entre governo e sociedade.
- IV. diferentemente de outros conselhos criados com ênfase num discurso de parceria para melhoria dos serviços, os conselhos do FUNDEF, agora FUNDEB, tiveram que ser instalados num clima de confronto com os governos para “acabar com os desmandos na aplicação de verbas vinculadas” à educação.

Está correto o contido apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

11. Hernández (1998) propõe o desafio de se repensar o saber escolar e a função da Escola, colocando no centro das reflexões a situação social em processo de mudança, característica do denominado pós-modernismo, que manifesta a existência de uma nova consciência artística, cultural e que provoca radicais transformações em nossa existência e em suas condições históricas. Com esse argumento, o autor justifica sua tese de que

- (A) a organização do currículo por disciplina traz dificuldades à escola de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, pois a demanda de professores especialistas, nas diferentes áreas, é maior do que o número de profissionais existentes, resultando em um déficit de conhecimentos para os alunos da educação básica.
- (B) ainda que a organização do currículo por disciplinas, no Ensino Médio, favoreça a preparação do aluno para prosseguir os estudos superiores ou para o trabalho, falha no que se refere à promoção da cultura geral, no sentido de permitir ao jovem interpretar as opções ideológicas e de configuração do mundo.
- (C) a organização do currículo por disciplinas é a que melhor responde à necessidade de preparar o aluno para o futuro e para cursar níveis sucessivos de ensino, desde que garanta o fundamental: a seqüência dos conteúdos e a promoção de atividades que ampliem a vivência social dos jovens.
- (D) a composição do currículo precisa ser repensada incluindo novas disciplinas, selecionadas a partir de problemáticas da atualidade, de modo a facilitar a inclusão de conteúdos que respondam aos desafios colocados aos nossos alunos no que se refere a problemas tecnológicos, sociais e multiculturais.
- (E) o currículo escolar organizado por disciplinas ou sua transmutação em conhecimento escolar através de didáticas especiais, não pode ser a única resposta às necessidades educativas; impõe à escola atentar, entre outras coisas, ao internacionalismo e o que traz de valores de respeito, solidariedade e tolerância.

12. Souza, Paulo Renato (2005), analisando a atuação do Ministério da Educação, no período de 1995 a 2002, afirma que, em sua percepção, a iniciativa mais importante de sua gestão foi

- (A) o Provão, criando critérios para avaliação do Ensino Superior e estimulando sua melhoria.
- (B) o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), instrumento crucial para garantir equidade no acesso à escola.
- (C) a reforma do próprio ministério, construindo estrutura adequada para o gerenciamento das ações posteriores.
- (D) a tomada de financiamentos obtidos junto ao Banco Mundial e ao BID e o sucesso na aplicação e na prestação de contas desses recursos.
- (E) a reorganização e revitalização do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



13. Souza, Paulo Renato (2005), escrevendo sobre a importância das Parcerias Público-Privadas na Educação, das quais cita como exemplar o Comunidade Solidária, aponta que o trabalho realizado nesse setor gerou a produção de novas tecnologias de gestão social, como ferramenta que potencializa o desempenho de programas e projetos sociais. Afirma que o único critério legítimo para definir as formas de relacionamento entre governo e sociedade é

- (A) a defesa do interesse público.
- (B) a legalidade constitucional.
- (C) a retribuição, aos eleitores, da confiança posta no voto que elegeu o governo.
- (D) a ampliação da participação da sociedade civil, organizada ou não.
- (E) a consolidação das alianças partidárias, artífices da moderna democracia.

14. Segundo Freitas (2003), as dificuldades da progressão continuada e dos ciclos para se instituírem e para alterarem as regras do jogo da escola devem-se, primordialmente,

- (A) à dificuldade dos gestores escolares de assumirem a liderança das equipes de profissionais, para implantar as mudanças propostas.
- (B) à falta de um melhor controle individual do trabalho de professores que não se envolvem profundamente com a aprendizagem dos seus alunos.
- (C) à lógica excludente e seletiva presente na escola instituída que reage à lógica dos ciclos e da progressão continuada.
- (D) à não aceitação dos princípios da avaliação externa inerente à implantação dos ciclos e da progressão continuada.
- (E) ao excesso de resistência e à falta de capacitação dos professores e diretores que não entenderam a proposta.

15. Castro e Tiezzi, em artigo da coletânea *Os Desafios da Educação no Brasil* (2005), ao tratarem da reforma e implantação do Ensino Médio, analisam limites e desafios enfrentados para se atingir a plena universalização do acesso e qualidade desejável ao término da educação básica.

- I. A segunda metade da década de 80 inaugura um novo ciclo da educação brasileira com a democratização do acesso ao Ensino Fundamental e extraordinária expansão do nível médio.
- II. A existência de ampla e diversificada educação profissional pós-médio é condição essencial para que os sistemas educacionais viabilizem uma educação permanente.
- III. A gestão inovadora da escola implica na formação continuada de seus gestores e no desenvolvimento de uma cultura de planejamento escolar de avaliação institucional e de aprendizagem dos alunos.
- IV. A melhoria do processo pedagógico dentro das escolas exige ações de fomento e assistência técnica pela esfera administrativa central.
- V. Sensibilização dos professores para que desenvolvam habilidades de leitura e de produção dos mais diversos tipos de textos, cada qual em sua área curricular.

Está de acordo com os autores, apenas o contido em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

16. Castro e Tiezzi, em artigo da coletânea *Os Desafios da Educação no Brasil* (2005) apontam que o Exame Nacional do Ensino Médio é um instrumento que contribui para a implementação da reforma do Ensino Médio, difundindo seus objetivos para todo o Brasil, pois

- (A) a divisão em disciplinas estanques do currículo escolar constitui-se em facilitador da compreensão interdisciplinar, notadamente presente na proposta de redação do Enem.
- (B) permite ao poder público dimensionar e localizar lacunas no processo de formação dos jovens que dificultam sua realização pessoal e sua inserção no processo de produção da sociedade.
- (C) valoriza o armazenamento de muitas informações ou memorização de fatos, essenciais para o enfrentamento de novos problemas recorrendo às boas teorias científicas.
- (D) o exame produz um profundo diagnóstico dos sistemas de ensino, da matriz organizacional da escola e um perfil detalhado dos professores e diretores do sistema.
- (E) é considerado um poderoso indutor de mudanças, na medida em que expressa no que é ensinado aquilo que deveria ter sido avaliado.

17. O processo educativo, realizado a partir de um projeto educacional, pressupõe que todas as atividades sejam desenvolvidas em função de uma mesma intencionalidade. Nesse processo, os Supervisores ocupam lugar fundamental, não podendo perder de vista alguns pressupostos relacionados com o processo total da Educação:

- I. a educação formal é um processo que deve objetivar principalmente a inserção dos sujeitos educandos no universo da cultura simbólica e do trabalho profissional.
- II. o projeto educacional se viabiliza mesmo quando o projeto político global da sociedade se contrapõe aos valores universalizados da democracia e da cidadania.
- III. ensino e pesquisa são processos epistêmicos permanentemente vinculados entre si, de tal modo que um não se faça sem o outro.
- IV. o pedagógico deve ser fundamentalmente mediação do político, expressão-síntese da condição de cidadania e de democracia.
- V. o Supervisor de Ensino, comprometido com a consolidação da força centrífuga do projeto educacional, deve atuar como força de resistência e de transformação.

Está de acordo com as idéias de Severino, na coletânea *Escola: espaço de construção da cidadania* (1994), apenas o contido em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

18. A nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008) para os Ensinos Fundamental e Médio, colocada em prática neste ano pela Secretaria de Estado da Educação, caracteriza-se, dentre outros, por conceber, no currículo,

- (A) a escola como instituição educativa criada para ensinar e trabalhar a capacidade de aprender nos alunos, exclusivamente.
- (B) o fomento de inúmeras atividades extracurriculares, ou seja, extraclasse, para atender a parte cultural desse currículo, imprescindíveis para conectá-lo à vida.
- (C) desenvolvimento das competências de leitura e escrita restrito à linguagem verbal, vernácula, uma vez que esta é a requisitada na vida cultural e política e nos conceitos científicos e tecnológicos do mundo contemporâneo.
- (D) desenvolvimento de competências como referência, o que implica ponderar os aspectos curriculares e docentes, bem como os recursos cognitivos, afetivos e sociais de que os alunos dispõem.
- (E) o trabalho com competências e habilidades fundamentado essencialmente nas características pessoais e profissionais do professor e nos conteúdos e metodologias das disciplinas.

19. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-Brasileira e Africana constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação e

- (A) têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática.
- (B) devem ser observadas pelas instituições de ensino que atuam na educação básica, ficando a critério das instituições de Ensino Superior incluí-las, ou não, nos conteúdos das disciplinas dos cursos que ministram.
- (C) prevêm o ensino sistemático de História e Culturas Afro-Brasileira e Africana na educação básica, especificamente como conteúdo do componente curricular de História do Brasil.
- (D) definem que os estabelecimentos de ensino estabeleçam canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, para que estes forneçam as bases do projeto pedagógico da escola.
- (E) alertam os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino para evitar o exame dos casos de discriminação, pois caracterizados como racismo, devem ser tratados como crimes, conforme prevê a Constituição Federal em vigor.



20. Para Candau (2002), vem crescendo a consciência da positividade do caráter multicultural de cada país do continente latino-americano. Daí decorre a importância da educação intercultural para a afirmação de sociedades democráticas e igualitárias. Todavia, a perspectiva de interculturalidade apresenta uma grande complexidade, não pode ser trivializada. Nessa direção, a autora defende que esse processo é

- (A) sempre inacabado, visando uma relação dialógica entre culturas e grupos envolvidos.
- (B) realizado, essencialmente, por meio de apresentações de danças, músicas e outros aspectos das diversas culturas.
- (C) mediado por um currículo específico e exclusivo para determinados subgrupos no interior da escola.
- (D) uma preocupação apenas das disciplinas afins, como Sociologia, Filosofia, Língua Materna e Educação Artística.
- (E) uma das formas de educação compensatória das diferenças culturais entre os alunos.

21. Ao tratar do multiculturalismo e seus contextos, Luiz A. O. Gonçalves e Petronilha B. Gonçalves e Silva (2002) destacam que, no Brasil,

- (A) tanto na educação indígena quanto na educação de jovens e crianças negras não há proposta claramente formulada que garanta, em níveis acadêmicos, uma formação permanente de professores e uma política cultural de envergadura nacional.
- (B) o sentido multiculturalista, no caso da educação indígena, abrangeu a universalização da cultura indígena em todo o sistema de ensino oficial e a incorporação das crianças e jovens indígenas nas escolas oficiais.
- (C) dentre os temas multiculturalistas sem apelo étnico, os estudos sobre a mulher foram os únicos a constituírem-se em princípios formadores, nas escolas e nas universidades públicas.
- (D) há uma produção acadêmica significativa (teses e dissertações) sobre temas multiculturais, que tem dado excelente sustentação aos projetos educacionais desenvolvidos pelos sistemas de ensino.
- (E) a prática do bilingüismo, defendida em algumas escolas no sul do país, região marcada pela presença de imigrantes europeus, é, dentre as experiências multiculturalistas, a de menor sucesso.

22. Cavalleiro (2001), ao tratar a presença de racismo, preconceito e discriminação, nas escolas brasileiras, afirma que

- (A) as formas de discriminação de qualquer natureza têm o seu nascedouro na escola: o racismo, as desigualdades correntes na sociedade nascem ali.
- (B) uma educação anti-racista prevê um cotidiano escolar que respeite em seu discurso as diferenças raciais.
- (C) toda e qualquer reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar devem ser evitadas, pois os protagonistas dessas situações não são culpados por tais acontecimentos.
- (D) o racismo revela-se em dois níveis: individual e cultural.
- (E) o comportamento discriminatório é mais importante que o preconceito racial numa análise histórica e sociológica que tente compreender as relações sociais vivenciadas na escola.

23. Em “A Religação dos Saberes – O desafio do século XXI”, Morin (2004) dialoga com textos de inúmeros colaboradores sobre a produção do conhecimento, com pressupostos da dialógica ou lógica da complexidade, herdeira e superadora da lógica racional, da Ciência Moderna.

Considere o trecho que se segue do autor, para responder à questão abaixo.

Quando nos limitamos às disciplinas compartimentadas – ao vocabulário, à linguagem própria a cada disciplina –, temos a impressão de estar diante de um quebra-cabeças, cujas peças não conseguimos juntar a fim de compor uma figura. Mas, a partir do momento em que temos um certo número de instrumentos conceituais que permitem reorganizar os conhecimentos (...), temos a possibilidade de começar a descobrir o semblante de um conhecimento global, mas não para chegar a uma homogeneidade no sentido holista, uma homogeneidade que sacrifique a visão das coisas particulares e concretas em nome de uma espécie de névoa generalizada. Sem dúvida, é a relação que é a passarela permanente do conhecimento das partes ao do todo, do todo ao das partes (...).

Na doutrina de currículo que sustenta a proposta de organização e tratamento dos conteúdos para o Ensino Médio, tanto no Parecer CNE 15/1998, quanto nos fundamentos das Propostas Curriculares do Estado de São Paulo, encontramos a valorização de princípios coerentes com o pensamento de Morin. São eles:

- (A) Especialização e Protagonismo.
- (B) Criticidade e Criatividade.
- (C) Interdisciplinaridade e Contextualização.
- (D) Diálogo e Reflexão.
- (E) Pesquisa e Negociação.

24. Ao afirmar que a sociedade do século XXI é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja para trabalhar, conviver ou exercer a cidadania; seja para cuidar do ambiente em que se vive e reconhecer as pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, a Secretaria de Estado da Educação propõe princípios orientadores para a prática educativa no sentido de que os alunos sejam preparados para esse novo tempo (Proposta Curricular do Estado de São Paulo, 2008). Essa proposta

- (A) prioriza a escola como espaço de aquisição de conhecimento, com a oferta máxima de informações, de modo a permitir ao aluno selecionar o que é de seu interesse.
- (B) define a escola como espaço de cultura e de articulação de competências e conteúdos disciplinares, priorizando a competência de leitura e escrita.
- (C) propõe uma prática docente voltada à articulação das questões de interesse imediato do aluno, aos conteúdos curriculares pré-definidos, como meio de manter o aluno na escola.
- (D) explicita um currículo para o Estado de São Paulo, porque as Diretrizes Curriculares Nacionais não atendem às necessidades das escolas públicas estaduais.
- (E) implanta um modelo de currículo transdisciplinar, por meio de documentos orientadores da ação docente nessa perspectiva, privilegiando os projetos didáticos.



25. Um grupo de Supervisores de Ensino, ao orientar as escolas da Diretoria de Ensino a respeito de atitudes que podem prevenir problemas disciplinares (Stainback, 1999), enfatizou a importância de

- I. dispor os móveis e equipamentos de sala de aula de forma que o professor tenha visão rápida da turma para detectar quando os alunos precisam de ajuda e que padrões de interação social ocorra entre eles.
- II. ter como objetivo aumentar o tempo do aluno na tarefa.
- III. envolver o aluno em tarefas relacionadas a coisas de seu interesse; a partir daí, estimulá-lo a descobrir novas informações, idéias e conceitos próprios de uma maneira estruturada e a compartilhar suas informações com os colegas.
- IV. propor atividades, em maior número, a serem realizadas individualmente, para que o aluno possa testar suas próprias habilidades e ampliá-las, para sentir-se à altura do grupo.
- V. adotar, na classe, uma atitude de estímulo para que cada aluno divida com o professor a responsabilidade de atingir seu objetivo de aprendizagem, o que pode fazer muito para concentrar sua atenção na aula.

Está de acordo com as estratégias apresentadas em Stainback (1999) o conteúdo apenas em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) II, III, IV e V.

26. Zabala (2002) afirma que “A resposta à função social que deve exercer o sistema educativo é o único meio para poder entender a pertinência e a relevância dos conteúdos disciplinares que devem ser objeto de aprendizagem e, como resultado dessa função, definir a melhor maneira de apresentar os conteúdos.” Ainda, segundo o autor, a definição da função social do ensino se reveste de complexidade, pois

- (A) a escola é obrigada a viver em constante estado de reinterpretação das finalidades educativas, em função das novas variáveis que aparecem e novos referenciais explicativos.
- (B) a inexistência de um corpo de conhecimentos, considerado transcendente ao momento histórico e à própria sociedade, dificulta o processo de revisão dos modelos de sociedade.
- (C) a intervenção na melhora dos âmbitos da pessoa e da sociedade exige objetivos que não ultrapassem a realidade que se quer melhorar.
- (D) no ensino, qualquer atuação deve prescindir da expressão de ideais de pessoa e de sociedade, sem explicitação dos modelos que estão sendo promovidos.
- (E) é prescindível aprofundar um processo de elaboração das finalidades educativas, determinando essencialmente as finalidades e os conteúdos básicos.

27. Analise as seguintes afirmações:

– *Lá fui eu para uma escola (...) Tinha algumas idéias genéricas sobre o fato de que todas as crianças eram capazes de aprender e de que havia técnicas para ensinar. Passei a empregá-las. (...) alguém pensava procedimentos técnicos, passava-os como um pacote para o professor, que entrava na classe e executava. (Weisz, 2002)*

– *O professor é que precisa compreender o caminho da aprendizagem que o aluno está percorrendo naquele momento e, em função disso, identificar as informações e as atividades que permitam a ele avançar do patamar de conhecimento que já conquistou para outro mais evoluído. (Weisz, 2002)*

Os dois recortes do relato de Weisz (2002) tratam de duas concepções distintas de aprendizagem que influenciam o ato de ensinar. Referem-se, respectivamente, às concepções:

- (A) *espontaneísta*, em que se acredita que o aluno constrói seus conhecimentos e ao professor cabe ensiná-los e verificar se aprenderam, no primeiro caso, e *empirista* no segundo, em que se acredita que o aluno aprende o conteúdo independentemente da forma como é ensinado, desde que mediado pelo professor.
- (B) *construtivista*, no primeiro caso, em que a aprendizagem é entendida como resultado da aplicação de diferentes alternativas metodológicas, independente de conteúdos, e *espontaneísta* no segundo caso, que entende a aquisição do conhecimento como resultado da ação do aluno sobre o objeto de conhecimento.
- (C) *empirista*, no primeiro caso, vê o sujeito da aprendizagem como um sujeito vazio a ser preenchido pelas experiências e pelo que lhe ensinam, e *construtivista* no segundo, supõe o aluno protagonista do seu processo de aprendizagem, sendo desafiado a refletir sobre o objeto de conhecimento, recebendo ajuda e interagindo com outras pessoas.
- (D) *estímulo-resposta*, em que o aluno responde ao professor, de acordo com o que lhe foi ensinado, atendendo ao que dele se espera, no primeiro caso, e, no segundo, *construtivista*, em que a aprendizagem é entendida como resultado da aplicação de diferentes alternativas metodológicas.
- (E) *inatista*, em que o conteúdo transmitido de forma gradativa para o aluno é o que garante a sua aprendizagem, no primeiro caso, e, no segundo, *empirista*, em que o aluno é visto como sujeito de sua própria aprendizagem e o professor o mediador da ação do aprendiz sobre o objeto de conhecimento.

28. Leia a proposição a seguir:

Coll (1994) relata que investigações antropológicas e transculturais colocaram em relevo a universalidade das capacidades cognitivas básicas, como a capacidade de generalizar, recordar, formar conceitos, raciocinar logicamente etc, em todos os grupos culturais estudados. Afirma que as mesmas investigações evidenciam diferenças importantes na maneira de utilizar tais capacidades em situações concretas de resolução de problemas. Ao final, sugere que há alguns universais cognitivos, mas a sua colocação em prática efetiva depende da natureza das aprendizagens específicas que as experiências educacionais propiciam.

As afirmações do autor nos permitem concluir que

- (A) a capacidade de generalizar, recordar, formar conceitos, raciocinar logicamente por se caracterizar como capacidades cognitivas universais, não se vinculam direta ou indiretamente à experiência escolar.
- (B) a experiência escolar é fundamental para que as capacidades cognitivas básicas sejam caracterizadas como cognitivos universais, além de ser um diferencial nos resultados de pesquisas, nos grupos culturais mais desenvolvidos.
- (C) a educação escolar propicia aos sujeitos o exercício de suas capacidades de generalizar, recordar, formar conceitos, raciocinar logicamente etc porque se tratam de características cognitivas universais.
- (D) as experiências de sala de aula podem propiciar aprendizagens específicas que permitem ao sujeito utilizar de modo efetivo a capacidade de generalizar, recordar, formar conceitos, raciocinar logicamente etc, na resolução de problemas.
- (E) experiências escolares podem favorecer o desenvolvimento das capacidades cognitivas básicas, desde que não se caracterizem como capacidades cognitivas básicas universais.



29. A análise psicológica para a elaboração de um Modelo de Plano Curricular proposta por Coll (1994) apresenta dois princípios gerais que impregnam o Modelo analisado. Tomados em conjunto, estes princípios definem, segundo o autor, *uma concepção construtivista de aprendizagem escolar* que situa a atividade mental do aluno na base dos processos de desenvolvimento pessoal e

- (A) uma concepção construtivista da intervenção pedagógica cuja idéia diretriz é deixar o aluno tomar a iniciativa na construção dos seus conhecimentos, resultando, nesse processo, pouca intervenção do professor, cuja função é planejar o que, como e quando avaliar o desenvolvimento dos seus alunos.
- (B) uma concepção construtivista da intervenção pedagógica que consiste em que devem ser criadas todas as condições para que os esquemas de conhecimento que o aluno constrói no decurso de suas experiências sejam os mais ricos e corretos, planejando o que, quando e como ensinar, e o que, como e quando avaliar.
- (C) um modelo de ação docente pautada nos princípios construtivistas de educação, que implica uma postura de não intervenção no processo de aprendizagem, mas exige planejamento de materiais, organização do ambiente de sala de aula e da própria escola, para dar condições ao aluno para a construção do conhecimento.
- (D) uma concepção construtivista da intervenção pedagógica que prega a validade da interatividade entre professor-aluno como fundamental para a construção do conhecimento, desde que pautada no conteúdo pré-definido e organizado pelo professor.
- (E) um modelo de ação docente pautado nos princípios construtivistas de educação que indicam média intervenção do professor, cuja função primordial é apoiar as iniciativas do aluno, observar e registrar o seu desenvolvimento e, nesse modelo, a avaliação é externa e realizada pelo próprio Sistema Educacional.

30. Martha Kohl, em Castorina, J. A. (2003), refletindo sobre as contribuições de Vygotsky para a educação e o ensino escolar, analisa a intervenção do outro social. De acordo com Vygotsky, pode-se entender essa intervenção como

- (A) o processo de internalização do material cultural que molda o indivíduo, definindo limites e possibilidades de sua construção pessoal.
- (B) a construção e a elaboração por parte do indivíduo dos significados que lhe são trazidos pelo grupo cultural.
- (C) uma postura diretiva e autoritária do sujeito que intervém, implicando uma volta à educação tradicional.
- (D) o processo de internalização que se constitui de ações controladas a partir das situações de intersubjetividade.
- (E) cada situação de interação com o mundo social, em que o indivíduo traz consigo determinadas possibilidades de interpretação e resignificação do material cultural.

31. Hernández (1998) estimula a reflexão sobre projetos de trabalho como estratégia de ensino. O projeto de trabalho, sob o ponto de vista do autor, é uma maneira de entender o sentido da escolaridade baseado no ensino para a compreensão, porque os estudantes

- I. participam de um processo de busca que tem sentido para eles e em que utilizam diferentes estratégias de pesquisa.
- II. podem participar no processo de planejamento da própria aprendizagem.
- III. são ajudados a serem flexíveis, reconhecerem o outro e compreenderem seu próprio entorno pessoal e cultural.
- IV. são levados a compreender os problemas que investigam, no sentido de serem capazes de ir além da informação dada, buscando explicações e construindo hipóteses sobre as conseqüências das diferentes versões do fato.
- V. interessam-se pelas situações propostas pelo professor, sempre que este parte do levantamento de temas, para organizar suas aulas de modo a garantir que o aluno aprenda o previsto no plano oficial de ensino.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

32. Identifique, nas alternativas a seguir, aquela que reúne todas as posições defendidas por La Taille (1998) a respeito de concepções que fundamentam ações pedagógicas que favorecem o desenvolvimento infantil.

- (A) Os saberes ingênuos da criança são o melhor aliado do conhecimento científico.
As crianças, longe de permanecerem desinteressadas pelo mundo em que vivem, criam suas próprias concepções, cujas características dependem de seu estágio de desenvolvimento.
- (B) A maturação biológica é o fator central do desenvolvimento cognitivo infantil, impulsionado pelo desejo onipotente de crescer.
A motivação lúdica envolve a criança na ação, favorecendo o seu desenvolvimento pleno.
- (C) As obras literárias são impróprias para o ensino infantil em virtude da imaturidade da criança para compreendê-las.
O ensino de História e Geografia deve pautar-se pela história e geografia pessoais do aluno.
- (D) Os saberes ingênuos da criança devem ser substituídos pelo saber científico.
O professor deve estar ciente de que não há interesse extrínseco à matéria que mova o aluno para estudar.
- (E) Deve-se aproximar a cultura da criança ao invés de aproximar a criança da cultura.
As produções culturais podem e devem ser apresentadas às crianças, desde que sua linguagem seja adaptada para o mundo infantil.

33. O psicólogo americano Turiel (La Taille, 1998), especialista em desenvolvimento, relata uma pesquisa sobre três tipos de educação moral no seio das famílias, com características que podem ser identificadas na educação escolar, cujos resultados foram medidos em termos de alcance da autonomia moral: educação autoritária, educação por ameaça de retirada de amor e educação elucidativa. A educação elucidativa

- (A) não coloca limites e silencia a respeito do que é permitido ou proibido, daí seus resultados não serem favoráveis ao desenvolvimento da autonomia moral.
- (B) prepara a conquista da autonomia, que pressupõe apreensão racional de valores e de regras, porque apresenta uma associação entre limites e justificativas racionais.
- (C) deixa de favorecer a autonomia moral porque aborda tudo como questão apenas de opinião, propondo incessantes debates sem delimitar o certo e o errado.
- (D) promove a autonomia moral porque os limites colocados são legitimados pela força do prestígio e da autoridade de quem os coloca.
- (E) não promove a autonomia moral porque as crianças não entendem as explicações dadas para os limites.

34. Lerner (2002) afirma que a língua escrita, criada para representar e comunicar significados aparece nas práticas docentes, de modo geral, fragmentada, em pedacinhos. Esse fenômeno está presente na transposição didática, a qual, de acordo com a autora,

- (A) afeta todos os saberes que ingressam na escola e deveria ser eliminado da prática docente, pois ao modificar o conhecimento para transformá-lo em objeto de ensino, a escola dificulta o processo de aprendizagem dos alunos nas diferentes disciplinas.
- (B) é fundamental no ensino da escrita e da leitura, para contornar a complexidade desse conhecimento que, apresentado de forma mais simples, favorece a memorização do aluno.
- (C) não pode ter seu controle exclusivamente sob responsabilidade do professor; os governos devem tornar possível à comunidade científica se pronunciar sobre a pertinência dos recortes que se fazem ao selecionar os conteúdos escolares.
- (D) é objeto de crítica dos educadores de modo geral, porque ao receberem conteúdos prontos para serem ensinados aos alunos, os professores pouco podem fazer para adequá-los ao nível de desenvolvimento dos mesmos.
- (E) permite avaliar e controlar passo a passo o processo de aprendizagem, procedimento importante dentro da instituição escolar, que necessariamente deve prestar contas dos resultados alcançados a toda sociedade.

35. A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Médio (2008) trata a Matemática como uma área específica. Segundo o texto desta Proposta,

- (A) a inclusão de Matemática na área de Ciências, feita pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), não foi salutar para a qualidade de ensino.
- (B) os conteúdos de Matemática são tão ricos que devem ser apresentados aos alunos como fins em si mesmos.
- (C) ela rompe tanto com as concepções dos PCNs, quanto com as das Propostas Curriculares do Estado de São Paulo dos anos 1986 em diante.
- (D) pretende-se, com a apresentação da Matemática como uma área específica, amplificar suas peculiaridades.
- (E) ela explora melhor a possibilidade da Matemática servir às outras áreas na transformação de informação em conhecimento.



36. Analise a seguinte situação:

Um professor de Língua Portuguesa dividiu sua classe em subgrupos para escrever uma carta ao diretor da escola pedindo liberação do prédio nos fins de semana para atividades esportivas e culturais. Em cada grupo, um observador registraria todas as discussões que ocorressem durante a elaboração da carta. Ao final da escrita, o grupo deveria discutir o que ocorreria durante a produção e chegar a um consenso sobre os aspectos essenciais do ato de escrever. (Mello, 2004)

As características da situação proposta pelo professor evidenciam um caso daquilo que a autora denomina *transposição didática*, que significa

- (A) organizar os alunos em grupo para que transponham o conhecimento dos conteúdos trabalhados pelo professor, em situações simuladas, como meio de avaliar a aprendizagem e as atitudes de cooperação que se estabeleceram na classe.
- (B) incluir na prática de ensino estratégias de estímulo à cooperação para o alcance de objetivos comuns, envolvendo postura de negociação e estabelecimento de consensos, a serem transpostas para a vida em sociedade.
- (C) desenvolver nos alunos o hábito de trabalhar em grupo, convivendo com diferenças de desempenho, de valores e de atitudes frente às dificuldades, para prepará-los para conviver em equipe, exigência atual do mundo do trabalho.
- (D) modificar os objetos de conhecimento – o saber científico ou as práticas sociais – para se converterem em objeto de ensino, isto é, em conteúdo curricular em condições de ser aprendido pelo aluno.
- (E) colocar um grupo de alunos frente a uma situação-problema para propiciar o estabelecimento de parcerias entre eles, com o objetivo de fortalecer o espírito de cooperação e de tolerância frente às diferenças.

37. Lia é professora-coordenadora numa escola estadual que fica no centro de uma cidade de médio porte. Numa reunião de horário de trabalho coletivo, os professores do Ensino Médio noturno iniciaram uma discussão a respeito da avaliação da aprendizagem que praticavam na escola. Uns diziam que é a formativa porque realizavam inúmeros testes e provas, ao longo do bimestre, os quais eram, então, corrigidos e transformados na nota a ser lançada na escrituração escolar. Outros argumentavam que não, afirmando que a avaliação formativa não aplica provas, não dá notas, não reprova e que, então, na escola que temos, não dá!

Lia entrou na discussão e disse que, no entender dela, em todas as falas deles havia argumentos válidos. Propôs que lessem e debatessem “O Jogo do Contrário” para checarem este conceito no pensamento de Hoffmann (2005) que,

- (A) discordando de Hadji, atribui o caráter formador ao tipo de instrumento utilizado para realmente poder acompanhar o processo de aprendizagem de seus alunos, por meio de produções discursivas.
- (B) concordando com Luckesi, chama de avaliação formativa toda avaliação que tiver a intenção amorosa de ajudar o educando a desenvolver-se e a aprender a aprender, não importando nem instrumentos nem intervenções diferenciadas.
- (C) concordando com Hadji e com Luckesi, atribui papel decisivo, neste conceito, à prática da observação atenta e tecnicamente orientada por critérios derivados dos objetivos, para acompanhar o processo de formação do aluno, com consistência.
- (D) concordando com Hadji, coloca a essência da avaliação formativa na consciência e no compromisso do professor de buscar, junto aos alunos, o progresso de suas aprendizagens, com as intervenções pedagógicas pertinentes a cada caso, numa postura mediadora.
- (E) se distanciando bastante de outros autores, atribui o papel formador da avaliação à clareza dos critérios e ao rigor das exigências do professor competente, preparando os educandos para seguirem aprendendo, no contexto globalizado, fortemente competitivo.

38. Segundo Perrenoud (1998), a avaliação formativa favorece a aprendizagem dos alunos e o ensino dos docentes. Na relação estabelecida entre essa avaliação e os programas e objetivos do ensino, o autor defende que

- (A) a relevância concentra-se no programa a ser ensinado, de modo a cobri-lo integralmente.
- (B) a avaliação busca meios para remediar as dificuldades dos alunos mais lentos, mais fracos, na esperança de que suas lacunas e/ou dificuldades passarão despercebidas.
- (C) na luta contra o fracasso escolar, é fundamental deter-se no essencial, no cerne dos programas, nos saberes indispensáveis a todos os alunos.
- (D) a apresentação dos programas de ensino, em forma de listas de conteúdos a serem desenvolvidos pelos docentes, tem característica facilitadora.
- (E) a avaliação formativa, a serviço da regulação individualizada dos alunos, elimina a revisão constante do plano de estudos ou a necessidade de relacioná-lo às aprendizagens anteriormente adquiridas.

39. Sacristán (2000), em seus estudos, aponta que o *currículo é um dos conceitos mais potentes, estrategicamente falando, para analisar como a prática se sustenta e se expressa de forma peculiar dentro de um contexto escolar. O interesse pelo currículo segue paralelo com o interesse por conseguir um conhecimento mais penetrante sobre a realidade escolar. O autor define currículo como projeto seletivo de cultura, condicionado cultural, social, política e administrativamente, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada.*

Uma escola de Ciclo II do Ensino Fundamental apresenta alto índice de fracasso escolar e seus professores queixam-se constantemente do desinteresse dos alunos, da indisciplina na sala de aula, das agressões entre os alunos e da dificuldade de desenvolver seu trabalho nesse contexto.

O Supervisor de Ensino, considerando suas funções e competências (Jornal APASE, junho 2002) e tendo em vista as afirmações de Sacristán (2000), diante da situação da escola, deve

- (A) ponderar que as queixas apresentadas podem ser indicadores de que a escola encontra dificuldades no desenvolvimento do currículo e cobrar do Diretor, pela competência, a solução para o problema, pois se trata do modo como as ações pedagógicas se desenvolvem dentro da unidade escolar.
- (B) descartar dificuldades no desenvolvimento curricular, pois o problema é disciplinar, decorrente da realidade social daquela comunidade, cuja solução a equipe escolar deve buscar estabelecendo parceria com o Conselho Tutelar e a Promotoria da Criança e do Adolescente.
- (C) observar no fato relatado um indicador de que a escola não consegue desenvolver adequadamente o seu currículo. Levar o problema ao Dirigente Regional de Ensino a quem cabe oficiar à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão responsável para estudar e encaminhar alternativas de solução para a escola.
- (D) considerar a indisciplina dos alunos como indicador de que a equipe escolar tem dificuldades no desenvolvimento do currículo, e subsidiar a equipe de gestão na identificação das causas do problema, articulando, com a Oficina Pedagógica, um processo de formação continuada, se essa ação se mostrar necessária.
- (E) considerar que o problema de indisciplina dos alunos aponta a falta de apoio dos pais à escola, portanto, cabe orientar a direção da escola para que promova reuniões com os pais ou responsáveis, fale das dificuldades e peça que pressionem seus filhos a estudar, pois só assim a escola pode alcançar resultados.



40. Reportando-se à lógica da avaliação normalmente realizada na escola seriada e às suas repercussões nos ciclos e na progressão continuada, Freitas (2003) afirma que

- (A) na escola seriada, a avaliação foi separada da prática social pela necessidade de enquadramento da força de trabalho.
- (B) o fenômeno da avaliação em sala de aula tem, principalmente, dois componentes: o domínio de habilidades e conteúdos e o comportamento do aluno.
- (C) as avaliações formalizadas são independentes das avaliações informais e, por isso, são mais confiáveis.
- (D) a criação de trilhas diferenciadas de progressão é a melhor opção para superar o dilema entre a promoção automática e a retenção.
- (E) a visibilidade dos alunos que não aprendem, apesar de avançarem nos estudos, é a evidência da inoperância dos ciclos e da progressão continuada.

41. Fonseca (2001), ao refletir sobre o Projeto Pedagógico das escolas, seu significado e sentido, com vistas ao sucesso escolar, defende, entre outras idéias, que

- (A) o sucesso do projeto começa com o apoio incondicional dos órgãos centrais e regionais, fundamentais para dar o rumo às decisões da comunidade escolar.
- (B) o projeto, enquanto atividade humana, é um exercício de exclusiva racionalidade e deve ser construído de modo a não sofrer qualquer alteração no percurso.
- (C) a introdução da prática de projetos permite realizar uma inversão metodológica que fortalece o senso comum.
- (D) o projeto deve ser entendido como o conjunto articulado de propostas e planos de ação, em função de finalidades fundadas em valores previamente explicitados e assumidos.
- (E) a liderança do Diretor de escola legitima a condução das ações por ele definidas e a seleção dos segmentos das comunidades interna e externa para desempenhá-los.

42. A respeito da prática de ensino e do desenvolvimento do currículo, à luz dos estudos de Sacristán e Pérez Gómez (2000), pode-se afirmar que são processos

- I. de natureza social que permitem ser dirigidos por idéias e intenções, mas que não podem ser previstos totalmente antes de serem realizados.
- II. que planejados coletivamente, garantem o total controle das variáveis intervenientes.
- III. desencadeados por necessidade e não determinam nunca totalmente a prática educativa.
- IV. de caráter indeterminado que obrigam a esclarecer as idéias e pretensões que fundamentam as metas, para manter a coerência das práticas que se realizam para alcançá-las.
- V. guiados por princípios de diferentes tipos que, devidamente explicitados, poderão guiar a prática com segurança científico-técnica.

Está correto, de acordo com os autores, o explicitado em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III, IV e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

43. A escola tem que enfrentar os desafios para transformar o ensino da leitura e da escrita, de modo a formar praticantes da leitura e da escrita, segundo Lerner (2002). A autora refere-se à formação de leitores que

- (A) sejam capazes de ler um texto selecionado por alguém de seu convívio, em casa ou em outros ambientes, nos quais têm a oportunidade de estabelecer contatos sociais.
- (B) saibam escolher o material escrito adequado para buscar a solução de seus problemas e sejam desejosos de embrenhar-se em outros mundos possíveis, por meio da literatura.
- (C) leiam fluentemente textos indicados pela professora, em sala de aula, mostrando compreensão por meio de respostas corretas às questões formuladas sobre o texto que leram.
- (D) se mostrem capazes de se apresentar em festas escolares lendo o texto que lhes foi destinado, de forma expressiva.
- (E) se mostrem interessados pelas atividades de sala de aula, demonstrando domínio da leitura de diferentes tipos de textos, nas diversas disciplinas.

44. Analise a tabela a seguir:

Comando estratégico	Comando operacional
O órgão de inspeção e de controle...	O estabelecimento escolar...
...desenvolve pontos de vista (plano de referência) e submete-os a consulta	...insere seu projeto no plano de referência oficial
...oferece cenários de desenvolvimento	...define seus objetivos e adapta a eles sua organização do trabalho
...estabelece padrões nacionais e encaminha as medidas necessárias	...fixa seus próprios padrões de qualidade
...negocia com os atores do terreno os recursos humanos e materiais (compreendida a formação contínua)	...explora sistematicamente seus espaços de autonomia
...empreende a metavaliação	...avalia seu próprio trabalho e observa sua evolução

(in: As competências para ensinar no século XXI - A formação dos professores e o desafio da avaliação, de Perrenoud, Thurler, Macedo, Machado e Alessandrini, 2002, Artmed, pág. 70)

Segundo sua autora, Mônica G. Thurler (2002), a tabela ilustra um paradigma de funcionamento de um sistema escolar

- (A) centralizado, com assimetria entre comando estratégico e operacional.
- (B) em que o comando estratégico é concebido de forma essencialmente burocrática e autoritária.
- (C) descentralizado e profissionalizado, com interação entre comando estratégico e operacional.
- (D) prescritivo, em que o comando operacional deve implementar, o mais fielmente possível, as prescrições recebidas.
- (E) que favorece a articulação entre comando estratégico e operacional, porém, impede o desenvolvimento negociado da qualidade e do desenvolvimento profissional.

45. Nóvoa (1992) refere-se a importantes contribuições da investigação educacional, nas últimas décadas, que demonstraram a impossibilidade de se isolar a ação pedagógica dos universos sociais que a envolvem. Citando estudos de 1988, realizados por Vala, Monteiro e Lima, argumenta que, em diferentes abordagens, as organizações escolares já foram vistas como *máquinas*, como *organismos* e como *cérebros* e ressalta que a atual tendência é entendê-las como

- (A) fábricas.
- (B) espelhos.
- (C) sementeiras.
- (D) culturas.
- (E) estruturas.

46. Ao citar as descrições de Hopkins sobre escolas fracassadas/ineficazes; abaixo do padrão; boas/eficazes; e a prescrição desse autor, no sentido de que iniciativas de aprimoramento escolar envolvam estratégias diferenciadas, adequadas às características da escola, Hargreaves (2004) afirma que

- I. essa análise reconhece que as escolas são diferentes em seus níveis de eficácia.
- II. diante dessa análise, a opção viável é criar comunidades de aprendizagem profissional entre professores, cujas habilidades e autoconfiança são subdesenvolvidas, para promover o desenvolvimento do grupo, levando-os a patamares superiores de profissionalismo.
- III. o problema de se estabelecer diferenças das escolas depende de como se define o fracasso e o sucesso. Se o fracasso for definido em termos brutos de aquisição, sem concessões às diferenças entre riqueza e pobreza, as escolas dos mais pobres irão aparecer permanentemente na parte inferior.
- IV. a combinação de uma definição de fracasso restrito às comunidades pobres e desfavorecidas, com um modelo evolutivo de melhoria escolar que reduz diferenças complexas entre escolas a um contínuo único de avanço ou atraso, transforma as questões politicamente controversas, relacionadas à pobreza e ao financiamento desigual, em tecnologias enganadoramente neutras de aprimoramento.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



47. De acordo com Carvalho (2004), para promover a educação inclusiva, precisamos

- (A) enfrentar os mecanismos de exclusão existentes no sistema educacional, ampliando-o, diversificando suas ofertas, aprimorando sua cultura e práticas pedagógicas e, principalmente, articulando-o com todas as políticas públicas.
- (B) criar a cultura da inclusão com urgência, para que todos os portadores de necessidades especiais tenham condições de conviverem com crianças consideradas no padrão de "normalidade".
- (C) incluir concretamente: colocar os portadores de necessidades especiais nas turmas de ensino regular, pois a integração, realizada há um longo tempo no sistema, está superada e não oferece os benefícios da convivência.
- (D) inserir o aluno com necessidades especiais numa turma de alunos ditos "normais", como meio fundamental de garantir o exercício do convívio entre as diferenças, numa sociedade plural como a brasileira.
- (E) eliminar a exclusão dos portadores de necessidades especiais, grupo que não foi alcançado pelas medidas de inclusão que obtiveram sucesso com alunos do Ensino Fundamental, conforme mostram as estatísticas de pesquisas na área.

48. Quando o professor trabalha com um modelo construtivista de aprendizagem e um modelo de ensino pela resolução de problemas, sua atividade de ensino vai ter de dialogar com a atividade de aprendizagem do aluno. Para isso, ele terá de considerar muitas variáveis, tomar decisões e assumir um alto grau de autonomia (Weisz, 2002). Para atender a essas características, o processo de formação docente deve

- (A) ser realizado em escola especialmente destinada à preparação de professores e que, para isso, cumpre a exigência de oferecer estágios em escolas com as quais mantém convênio, onde professores didatas são preparados para contribuir com a formação dos colegas mais jovens.
- (B) estar voltado ao aprimoramento de capacidades e habilidades de ensino por meio de atividades pragmáticas, em programas sistemáticos e sistematizados de treinamento que dêem a ele condições de atualizar as suas práticas sobre o processo de ensino e de aprendizagem.
- (C) envolver um processo cooperativo de formação teórica permanente e consistente, que institua e alimente relações de autonomia entre os educadores, entre esses e as teorias estudadas, incluindo a análise compartilhada, a partir da interpretação que faz da teoria e da realidade em que está inserido.
- (D) envolver o contato com intelectuais renomados na área de didática e de avaliação, para que ao final do seu curso de formação inicial, o docente alcance o mínimo de conhecimentos necessários para se ocupar de promover a aprendizagem dos alunos e utilizar processos adequados de avaliação.
- (E) estar voltado a uma consistente formação teórica na área de metodologia e de avaliação de ensino, além do que, deve contar com parceria de outro professor na sala de aula, em razão dos múltiplos aspectos a serem observados no desenvolvimento das crianças, de acordo com os resultados de pesquisas na área.

49. Alarcão (2003) critica, em sua obra, os paradigmas tradicionais de educação e formação e propõe substituí-los por um novo,

- (A) em que os tempos, as grades, os espaços e os recursos de aprendizagem sejam reorganizados, sem transgredir, porém, o princípio de turmas fixas para a aprendizagem.
- (B) fundamentado, dentre outros, na noção de grupos flexíveis de aprendizagem, reconstituídos em função das necessidades ou dos objetivos.
- (C) organizado em termos de dois princípios básicos: homogeneidade e seqüencialidade.
- (D) no qual se valorize a segmentação disciplinar e a multidocência, à medida que a informação ganha em profundidade nos currículos escolares.
- (E) alicerçado em uma nova composição do trabalho na escola: orientada por programas, com a organização dos alunos por turmas tanto quanto possível homogêneas e de composição estável e ciclos de aprendizagem pluri- anuais.

50. No processo de formação dos professores, há múltiplas facetas e prioridades e, de acordo com Sacristán (2000), algumas dessas prioridades são consideradas indispensáveis. Estas serão atendidas quando o processo de formação continuada dos professores estiver voltado para

- I. dotá-los de um saber nos níveis e nas áreas do currículo que vão desenvolver, oferecendo alternativas práticas diversas.
- II. ajudá-los a estabelecer uma fundamentação desses saberes práticos para justificar e analisar sua prática, em função da coerência das tarefas que realiza com um determinado modelo educativo e com o conhecimento aceito como válido num dado momento.
- III. ajudá-los a desenvolver a capacidade de analisar e questionar as condições que delimitam as práticas institucionalmente estabelecidas, analisando seus pressupostos e promovendo alternativas mais de acordo com modelos educativos adequados às necessidades dos alunos.
- IV. promovê-los funcionalmente, levando-os à especialização em área curricular demandada pelo sistema de ensino.

Está de acordo com o autor o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



51. Entre os princípios para um currículo comprometido com o seu tempo, elencados na Proposta Curricular do Estado de São Paulo (SEE, 2008), encontra-se a capacidade de aprender não apenas trabalhada nos alunos, mas na própria escola, enquanto instituição educativa e nos próprios docentes. Este princípio está calcado na concepção de que

- (A) ninguém conhece tudo e de que o conhecimento coletivo é maior que a soma dos conhecimentos individuais, além de ser qualitativamente diferente, ponto de partida para o trabalho colaborativo e para a formação de uma *comunidade aprendente*, contando com os recursos tecnológicos de hoje para facilitar a prática desse ideal.
- (B) numa escola, cujos professores procuram de forma autônoma múltiplos meios para manterem-se atualizados, eles são capazes de adotar métodos de ensino mais eficientes para promover a aprendizagem dos seus alunos, transformando sua classe em *comunidade aprendente* e servindo de referência para a escola como um todo.
- (C) os recursos tecnológicos disponibilizados para a escola viabilizam um trabalho voltado para uma população que nunca teve acesso ao ensino e às diferentes dimensões da cultura e do próprio conhecimento, permitindo a eles, hoje, essa possibilidade por meio do ensino a distância, o que amplia o universo da chamada *comunidade aprendente*.
- (D) a organização escolar, tal como qualquer outra instituição, deve ter uma política de valorização do seu pessoal que inclua ações para a constante atualização de conhecimentos, exigência de uma sociedade que em virtude do desenvolvimento tecnológico, encontra-se em permanente processo de evolução.
- (E) o trabalho escolar reflete, em seu resultado, o desenvolvimento que pode propiciar não apenas aos seus próprios alunos, mas às pessoas da comunidade externa à escola, além das famílias dos alunos, de modo que todos sejam considerados membros de uma coletividade voltada ao convívio harmonioso e à convivência pacífica entre as diferentes gerações.

52. As proposições de Macedo (2005), elaboradas sob a perspectiva construtivista, buscam fundamentar sua proposta de que

- (A) se valorize um contexto, chamado pelo autor de contexto de aprendizagem, em que os professores possam expressar seus sentimentos confusos ou ambivalentes quanto a uma idéia que acham boa do ponto de vista teórico, mas para qual, na prática, sempre se sentem despreparados.
- (B) seja criado um ambiente mais produtivo de ensino no qual o docente seja chamado a participar mais ativamente das decisões educacionais como meio de promover o desenvolvimento da consciência dos profissionais sobre os seus direitos e deveres, mas também sobre os direitos e deveres dos seus alunos.
- (C) se valorize o contexto do ensino na sala de aula, para que o professor possa aplicar novos recursos pedagógicos e utilizar novas estratégias e, dessa forma, tornar suas aulas mais interessantes e motivadoras para todos os seus alunos, pois a realidade tem mostrado que o que temos hoje não traz resultados esperados.
- (D) se valorize um contexto, chamado pelo autor de contexto de aprendizagem, em que os alunos possam expressar suas idéias e o professor analisar e compreender em que nível de aprendizagem o aluno se encontra, para estimulá-lo a testar novas hipóteses, de modo a promover o seu desenvolvimento.
- (E) o contexto de ensino seja pensado de forma mais abrangente, incluindo, além da sala de aula, um projeto de formação continuada de todos os profissionais, as relações com a comunidade e dos próprios professores entre si, de modo que, num movimento articulado, todos possam se envolver com a educação.



<p>53. Helena é Supervisora de Ensino em uma escola pública da periferia de um Município da Grande São Paulo. Procura programar suas visitas às escolas de modo a poder participar, pelo menos mensalmente, de reuniões de HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo). Numa dessas ocasiões, em outubro de 2007, visitando a Escola Estadual Vila Nova, Helena participa de HTPC do Ciclo I do Ensino Fundamental e ouve o desabafo angustiado de Teresa: <i>“Eu sou professora há quinze anos e adoro meu trabalho; sempre alfabetizei. Lá na minha cidade, alfabetizei durante doze anos com essa mesma cartilha. Até maio, quase todos já tinham dado o “estalinho”; em outubro eu tinha terminado a cartilha e fazia a festa de entrega do primeiro livro. Em classes com trinta e cinco alunos, um ano ou outro, dois ou três alunos, no máximo, repetiam. Aqui, não sei o que está acontecendo. Faço como fazia lá. Trabalho mais, venho mais cedo, fico até mais tarde para atender alunos individualmente e estou com a metade da classe que não sabe ler. (Caiu no choro!). Colegas tentam consolar. Júlia diz que a classe dela está na mesma; que ninguém a está culpando. Rute arrisca: “As crianças daqui são diferentes das de lá, quem sabe se você tentar outras coisas?” A professora-coordenadora intervém: “Vamos tomar um cafezinho e, em seguida, faremos o levantamento da situação dos alunos, turma por turma, que marcamos para hoje”.</i></p> <p>Depois do café, antes do grupo reiniciar a tarefa do dia, Helena sugeriu seminários quinzenais sobre a psicogênese da leitura e da escrita, em HTPC, com estudo das produções de alunos, o que foi prontamente aceito. Ela comprometeu-se a assessorar a professora-coordenadora para elaborar o projeto e a convidar o assistente técnico pedagógico de Alfabetização da Oficina Pedagógica para participar.</p> <p>A proposta de formação profissional docente sugerida corresponde ao defendido por Imbernón (2004) em relação a quais dos itens abaixo?</p>	<p>Corresponde ao pensamento do autor o contido nos itens</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) I, II e III, apenas. (C) II, III, IV e V, apenas. (D) I, II, IV e V, apenas. (E) I, II, III, IV e V.</p>
<p>I. Tem despontado como promissora a criação de espaço de reflexão e participação, nos quais o profissional da educação faça surgir a teoria subjacente a sua prática com o objetivo de recompô-la, justificá-la ou destruí-la.</p> <p>II. Quando a formação se relaciona com o “contexto educativo concreto”, as características do conhecimento profissional se enriquecem com infinitudes de matizes que não se manifestam em um contexto padronizado.</p> <p>III. O único modelo realmente eficaz de formação permanente é o realizado na escola, pela equipe escolar e voltado a resolver seus problemas específicos.</p> <p>IV. As assessorias de formação devem intervir a partir das demandas dos professores ou das instituições educativas.</p> <p>V. A maneira mais eficaz de realizar a formação permanente é mediante o estudo de forma cooperativa, por parte dos próprios docentes, dos problemas e temas que integram sua intenção de realizar uma prática coerente com seus valores educativos.</p>	<p>54. O grupo de professores que atuam na Escola Estadual do Jardim Hortências organizou seminário de estudos sobre a avaliação, apoiados em Hadji (2005). Desenvolveram o trabalho, tomando uma reunião de HTPC por mês, contando com a coordenação de Ivone, professora-coordenadora da Escola, e com a participação de George, Supervisor de Ensino, como debatedor. Ficaram bastante satisfeitos com os resultados e perceberam-se reforçados em algumas de suas concepções e práticas e, confrontados para reconstrução, em outras. O estudo e o debate das idéias do autor ajudaram o grupo a perceber que, na avaliação formativa, o que mais importa é</p> <p>(A) adotar os procedimentos técnicos indicados a cada um dos três momentos/critérios metodológicos, pois avaliar é julgar com critério e coerência. (B) a alta frequência das ações avaliativas, as quais devem cobrir o dinamismo do processo de aprendizagem do aluno. (C) a ética, formando o aluno para se auto-avaliar, assumir e corrigir seus erros e aprender a aprender. (D) cumprir as condições que o autor coloca: esclarecer atores, variar práticas, dar transparência aos critérios e não abusar do poder de julgar. (E) velar para jamais perder o rumo e o sentido da atividade.</p> <p>55. Com base na Deliberação CEE 9/97 e seus fundamentos, a progressão continuada refere-se ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, o qual descreve um movimento de ir sempre adiante, avançando, progredindo e, por isso, opõe-se à idéia de</p> <p>(A) avaliação. (B) repetência. (C) aceleração. (D) recuperação. (E) disciplina.</p>

56. No regime de progressão continuada, as decisões a respeito da classificação dos alunos, ao final de cada ciclo letivo, ficam sob a autoridade pedagógica do

- (A) respectivo professor, individualmente.
- (B) Diretor da escola, após entrevistar o aluno.
- (C) Conselho de Escola, em sessão extraordinária.
- (D) respectivo Conselho de Classe e Série.
- (E) Supervisor de Ensino que acompanha a escola.

57. Analise os seguintes fundamentos sobre avaliação.

- I. Valorização de indícios que revelem o desenvolvimento dos alunos, sob qualquer ângulo.
- II. O referencial assenta-se nos critérios de excelência em cada fragmento do conhecimento, mesmo que para poucos, ao invés de conhecimentos básicos para todos.
- III. Permite disponibilizar ao professor e equipe escolar informações precisas sobre os processos de aprendizagem dos alunos.
- IV. Relação professor/aluno baseada em apoio e parceria.
- V. A progressão continuada sugere menor investimento no ensino do que a idéia de promoção automática o faz.

Incorporam-se à concepção de progressão continuada exposta na obra: A construção da Proposta Pedagógica da Escola, da SEE/SP/CENP, 2000, apenas as contidas em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) II, III, IV e V.

58. Ao analisar os resultados de uma escola onde a maioria dos alunos não aprendeu a ler e a escrever, um Supervisor de Ensino articulou um processo de formação continuada para a equipe, tendo como referência, entre outros autores, Freire (1997).

Nesse processo, partiu das seguintes reflexões:

- I. não há docência sem discência porque ensinar inexistente sem aprender.
- II. existem saberes indispensáveis à prática docente de educadores (as) críticos (as), ou conservadores (as), porque são saberes demandados pela prática educativa em si mesma, independentemente de sua cor política ou ideológica.
- III. a reflexão crítica sobre a prática é uma exigência da relação prática/teoria, sem a qual a teoria pode ir virando *blábláblá* e a prática ativismo.
- IV. a formação permanente implica aceitar que o formador é o sujeito dessa relação, e a ele cabe transferir os conhecimentos que detém.
- V. é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Está de acordo com o pensamento de Freire (1997) o contido em

- (A) I e V, apenas.
- (B) I, II, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

59. No balanço que faz da Educação Escolar Brasileira do século XX, Mello (2004) afirma que o legado do uso didático-pedagógico das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) é mais de esperança do que de realizações. Sua crítica aponta para o fato de que

- (A) as escolas públicas contam com esse aparato tecnológico, entretanto, a burocracia e a falta de verbas para sua manutenção acabam por inviabilizar o acesso de alunos e professores a esses equipamentos.
- (B) enquanto essa tecnologia encontra-se presente em quase todo o universo de escolas particulares, com experiências inovadoras sendo divulgadas, as escolas públicas carecem de recursos tecnológicos.
- (C) a mídia de massa e a televisiva estão mais presentes nos discursos dos políticos, pois ainda não se encontra disponível para alunos e professores das escolas públicas do país, especialmente nas regiões norte e nordeste.
- (D) a aplicação das TICs em processo de formação de professores teve início justamente nos estados de São Paulo e do Paraná, onde há maior número de professores com formação de nível superior.
- (E) as TICs estão mais presentes nos discursos dos políticos e nos sonhos dos professores do que no chão da escola de todos, no que se refere à conexão com o universo de informações hoje ao alcance dos mais privilegiados.



60. Mello (2004), em sua análise sobre a rede mundial de computadores, como tecnologia que faz diferença na construção do conhecimento e que requer mudanças no processo de ensino-aprendizagem, na organização da escola e na sala de aula, aborda a questão da preparação do professor para o uso inteligente desse instrumento na escola. O problema não é dizer que o professor não está preparado para esse novo paradigma curricular, mas identificar as razões dessa defasagem, para que a solução seja adequada, afirma a autora. Nesse sentido,

- I. o despreparo da escola e sobretudo do professor ocorre em razão da falta de domínio dos objetos sociais do conhecimento que constituem o conteúdo de ensino e das formas de transposição didática desse conteúdo.
- II. o maior problema nessa área é a falta de investimento na formação tecnológica do professor, tanto nos cursos de formação inicial, quanto no processo de formação continuada.
- III. um professor com conhecimentos sólidos sobre sua área de especialidade e como ensiná-la, que possui uma cultura geral ampla e diversificada e uma auto-estima profissional pautada no sucesso, terá facilidade de atender às demandas educacionais de seus alunos ainda que estes estejam permanentemente conectados e que o professor nunca tenha ligado um computador.
- IV. as novas tecnologias da informação devem ser utilizadas para melhorar a formação dos professores, criando oportunidades para que os docentes aprendam a aprender utilizando conhecimentos de sua área de especialidade.

Estão de acordo com os destaques dados pela autora as afirmações contidas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

61. A ação supervisora a serviço de um ensino de qualidade como direito de todos, explicitada pela Secretaria de Estado da Educação, envolve ação de

- (A) fiscalização da escola pública, pois como representante do sistema central, deve verificar os resultados de rendimento dos alunos, a elaboração e cumprimento da proposta pedagógica e do plano diretor da escola, inspecionar o estado da estrutura física e cobrar dos profissionais da escola melhores resultados nos índices de aprendizagem dos seus alunos.
- (B) apoio à escola pública nas suas queixas, compartilhando e sendo solidária com as dificuldades com as quais a escola se defronta e para as quais, na maioria das vezes, a escola não consegue respostas, porque a estrutura burocrática não favorece sua ação local e não viabiliza uma ação supervisora efetiva, a favor da qualidade do ensino.
- (C) auditoria do Sistema Educacional do Estado, cobrando iniciativas das escolas no sentido de garantir um mínimo de qualidade de ensino, bem como a manutenção do prédio escolar e dos equipamentos, pois é responsabilidade do agente público cuidar para que os recursos do Estado, oriundos dos impostos, sejam aplicados de forma a atender às necessidades da população.
- (D) porta voz do Sistema levando a todas as escolas as orientações emanadas dos órgãos centrais, de modo a garantir que todas as unidades desenvolvam as mesmas atividades e projetos estabelecidos, para alcançarem resultados iguais, conforme as determinações e diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação.
- (E) apoio à escola na elaboração do Projeto Pedagógico, estimulando reflexões na análise das fragilidades e das medidas necessárias para melhorar o nível de aprendizagem dos alunos; acompanhando resultados e a aplicação de medidas de correção de rumos, se necessárias; demandando e articulando as ações de responsabilidade da Diretoria de Ensino.

62. Muramoto (2002), em seu texto sobre Formação de Supervisores, destaca que

- (A) a supervisão na área da educação escolar deve configurar-se como uma profissão à parte.
- (B) a supervisão, apenas em nível de unidade escolar, deve ser uma especialização da profissão professor, configurada no “ensinar na escola”.
- (C) as ações de formação continuada organizadas pela Secretaria da Educação em parceria com universidades resultaram em mudanças significativas no trabalho dos supervisores.
- (D) não existe um campo profissional de supervisão em si – ela está sempre ligada ao campo profissional dos supervisionados.
- (E) se os diversos cursos e estudos interferem no discurso do professor, do Diretor e do Supervisor é porque sua teoria e prática também foram afetadas.

63. Celestino Alves da Silva Júnior (1994), em seus estudos sobre a práxis supervisora, na coletânea *Escola: espaço de construção da cidadania*, propôs alguns pontos fundamentais para a reordenação do processo de formação e de atuação profissional do Supervisor, dentre os quais é preciso considerar

- (A) que o trabalho pedagógico deve ser objetivado, descartando-se o exercício da subjetividade na sua organização.
- (B) a organização do trabalho nas escolas públicas com fundamento nos princípios de co-gestão, para viabilizar um ensino de boa qualidade.
- (C) que a educação, em seu significado mais profundo, é incompatível com os valores da sociedade capitalista, bem como com as formas de administração geradas por essa sociedade.
- (D) que o ensino em geral é substancialmente diferente da administração em geral, logo, quem ensina, não administra.
- (E) que o Diretor, por não se ocupar do trabalho docente, deve ser o interlocutor natural e exclusivo do Supervisor na escola.

64. Analise as seguintes afirmativas quanto à Educação Profissional Técnica de nível médio.

- I. Os Planos de Cursos deverão conter: justificativa e objetivos; requisitos de acesso; perfil profissional de conclusão; organização curricular; critérios de avaliação; instalações e equipamentos; pessoal docente e técnico.
- II. A duração dos cursos poderá variar para diferentes indivíduos, ainda que o Plano de Curso tenha uma carga horária mínima definida para cada qualificação ou habilitação por área profissional.
- III. A Educação Profissional Técnica de nível médio poderá ser oferecida de forma articulada ao Ensino Médio, na mesma instituição de ensino, para concluintes do Ensino Fundamental, contando com matrícula única para cada aluno.
- IV. A Educação Profissional Técnica de nível médio é organizada por áreas profissionais, que incluem as respectivas caracterizações, competências e carga horária mínima de cada habilitação.
- V. Nos cursos, as situações ou modalidades e o tempo de prática profissional, inclusive estágio supervisionado, deverão ser incluídos na carga horária do curso pela escola.

De acordo com a Resolução CNE/ CEB nº 4/99, Parecer CNE 16/99 e Decreto Federal nº 5.154/2004 são corretas apenas

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

65. O Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APM, estabelecido pelo Decreto nº 12.983/78 e suas alterações posteriores, determina que

- (A) poderá haver intervenção nas APMs das escolas estaduais desde que solicitada pelo Supervisor de Ensino.
- (B) qualquer órgão escolar gerador de recursos financeiros será administrado pela APM.
- (C) os membros da APM respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas em nome da associação.
- (D) os alunos não podem integrar os órgãos da associação sob pena de nulidade do ato administrativo.
- (E) qualquer associado, exceto os funcionários da escola, tem o direito de demitir-se do quadro social.

66. Muramoto (2002) afirma que a supervisão “deve abrir espaço, em nível de sistema, atuando no interescolar, para interferir no intra-escolar, de forma mediada”. Considerando a divulgação dos resultados de avaliação externa de escolas estaduais, indique a ação supervisora coerente com essa afirmação.

- (A) Organizar palestras e cursos aos professores, visando interferir no discurso docente, enquanto mobilizador de sua ação.
- (B) Solicitar aos órgãos centrais, ações de formação continuada em parceria com as universidades, visando à padronização de medidas junto às escolas.
- (C) Analisar os resultados de cada escola e, em caso de desempenho insuficiente, defendê-la, explicando as razões desse resultado.
- (D) Apresentar materiais teóricos, de outras escolas, pesquisas, teses, cursos e outros estudos para direcionamento das horas de trabalho pedagógico coletivo.
- (E) Exercitar, junto às equipes escolares, a reflexão, o diálogo e a crítica sobre o trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos visando a sua reconstrução e melhoria.



67. Analise o seguinte projeto:

“Uma escola de Ensino Médio incluiu em seu plano anual de trabalho um projeto sobre “gravidez precoce”, a ser desenvolvido em determinado período do ano. Desde o planejamento os professores ficaram envolvidos com o projeto. Apresentado aos alunos, houve acolhida rápida da maioria. Outros foram se envolvendo aos poucos. Os conteúdos de cada uma das áreas do currículo eram articulados, de modo que as atividades desenvolvidas e propostas aos alunos e os seus resultados, faziam parte do projeto. Foram realizados estudos, pesquisas, análises, identificação da incidência de gravidez precoce e de doenças sexualmente transmissíveis, associadas a espaços urbanos, população, faixa etária, hábitos e costumes, lazer, trabalho etc. A cada pesquisa e coleta de dados, impunham-se gráficos, análises, elaboração de relatórios. Os alunos ficaram entusiasmados estudando os órgãos do corpo humano, genética, tomando conhecimento dos cuidados necessários para a saúde e desenvolvimento do bebê, temas aprofundados por meio de palestras médicas e de psicólogos especialistas em desenvolvimento infantil. A ética nas relações e o respeito à vida permearam todo o projeto. Muitos relatórios foram escritos e reescritos; gráficos construídos e analisados; muita aprendizagem ocorreu.”

O Supervisor de Ensino, ao tomar conhecimento do projeto, emitiu seu parecer afirmando que

- I. embora o tema seja relevante, a forma escolhida para desenvolvê-lo acabou por não observar os conteúdos próprios das disciplinas do Ensino Médio, pois se trata de tema transversal, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e como tal deve ser desenvolvido.
- II. o projeto envolve um tema polêmico que mexe com valores familiares; por esse motivo, não pode ser visto como conteúdo de todas as disciplinas ao mesmo tempo, pois pode passar aos pais e à comunidade a idéia de que os alunos perdem tempo com esse assunto, em detrimento de conteúdos mais importantes.
- III. o projeto atende às características da interdisciplinaridade e contribui para a constituição de uma nova cidadania, cujo exercício exige conhecimentos e informações necessários para um protagonismo responsável, além do que, permite evidenciar valores que se mostram fundamentais para a vida em sociedade.
- IV. o planejamento e a realização do projeto não foram precedidos de uma pesquisa para justificar a escolha do tema a partir do interesse e da necessidade daqueles alunos, razão pela qual é vedado ao Supervisor de Ensino dar um parecer favorável para sua continuidade.

Considerando o projeto apresentado e o preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE nº 15/98) e nas Diretrizes para a Implementação do Ensino Médio no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo (Indicação CEE nº 9/2000), identifique, nas alternativas apresentadas, o(s) parecer(es) mais adequado(s) a ser(em) emitido(s) pelo Supervisor de Ensino.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

68. De acordo com o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo – Lei nº 10.261/68, com suas alterações, pode-se corretamente afirmar que

- (A) qualquer infração legal será verificada mediante instauração de sindicância ou de processo administrativo.
- (B) o prazo inicial para a conclusão de sindicância é de noventa dias.
- (C) são penas disciplinares, entre outras: a advertência escrita, a repreensão por Diário Oficial, a demissão e a cassação de aposentadoria.
- (D) ao funcionário é proibido apreciar, sob qualquer forma, os atos da Administração.
- (E) todos os prazos estipulados no Estatuto serão contados por dias corridos.

69. Conforme o disposto na Constituição do Estado de São Paulo, de 5/10/89, com suas alterações supervenientes,

- (A) o Conselho Estadual de Educação tem, para o sistema de ensino do Estado de São Paulo, função essencialmente consultiva.
- (B) a administração é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, para defesa de seus direitos, no prazo máximo de trinta dias, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.
- (C) é vedada a cessão de uso de próprios públicos estaduais, para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado, ressalvados aqueles que se enquadram na categoria de comunitários e/ou filantrópicos.
- (D) o Estado destinará, anualmente, para a manutenção e desenvolvimento do ensino público, no mínimo, vinte por cento da receita resultante de impostos e transferências.
- (E) o Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à Administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao seqüestro e perda dos bens, nos termos da lei.

70. Um Diretor de estabelecimento de ensino indaga ao Supervisor, no dia de sua visita à escola, se deve comunicar a outras instâncias (e quais seriam estas) os casos de alunos com número elevado de ausências. O Supervisor, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394/96), deveria informá-lo que

- (A) devem ser notificados ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz da Comarca e à Diretoria de Ensino apenas os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- (B) deve ser notificada ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima do percentual permitido em lei, que é de vinte e cinco por cento, conforme o previsto na LDB e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- (C) somente devem ser comunicados ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público os casos em que os alunos tenham atingido o percentual mínimo de cinquenta por cento do total de horas letivas.
- (D) a notificação ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz da Comarca e à Diretoria de Ensino deve ser feita apenas quando os casos de ausências configurarem-se como de evasão escolar.
- (E) se os alunos apresentam quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei, devem ser notificados os casos ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público.

71. Uma escola estadual realizou Festa Junina, em sábado, com a finalidade de arrecadar fundos para adquirir aparelho de TV de 32 polegadas.

Identifique, das afirmativas a seguir, aquela que é coerente com as normas legais que estabelecem o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres (APM) das escolas estaduais.

- (A) Da atividade participam pais, alunos, professores, funcionários, uma vez que o Conselho Deliberativo da APM havia elaborado Plano Anual de Trabalho com a previsão da Festa Junina.
- (B) Em ofício, o Diretor da escola, como Diretor de Patrimônio da APM, comunica ao Supervisor de Ensino a utilização dos recursos arrecadados, na aquisição do aparelho de TV de 32 polegadas, para acompanhamento das atividades.
- (C) Para acompanhamento das atividades da APM, o Supervisor de Ensino comparece à Assembléia Geral convocada pelo Diretor de Patrimônio da APM, na qual é dada ciência da aplicação dos recursos arrecadados nessa atividade, com a aquisição da TV de 32 polegadas.
- (D) O Supervisor de Ensino, ciente da atividade a ser realizada e para o acompanhamento das atividades da APM, solicita ao Diretor da escola, presidente do Conselho Deliberativo, o Plano Anual de Trabalho e o Plano Anual de Aplicação dos recursos, aprovados.
- (E) Para acompanhamento das atividades da APM, o Supervisor de Ensino, na semana posterior ao evento, solicita esclarecimentos relativos aos recursos arrecadados, encaminhando-os, a seguir, à Seção de Finanças da Diretoria de Ensino para ciência.

72. A classificação e a reclassificação são dispositivos introduzidos na Educação Básica, pela Lei Federal nº 9.394/96, os quais refletem os princípios de flexibilidade da LDB e da autonomia das escolas. É correto afirmar, segundo a referida Lei, que

- (A) a reclassificação não pode se dar na própria escola.
- (B) a classificação está prevista para qualquer série ou etapa do Ensino Fundamental.
- (C) a classificação pode ser feita por promoção, por transferência, independentemente de escolarização anterior.
- (D) a reclassificação pode ser feita por promoção, por transferência, independentemente de escolarização anterior.
- (E) as normas para a classificação ou reclassificação devem constar na proposta pedagógica, subsidiando a Direção na tomada de decisão sobre a matrícula de alunos.



73. Ao responder à dúvida da equipe escolar, em HTPC, sobre as teorias psicológicas de aprendizagem classificadas por alguns autores como *teorias mediacionais* (Sacristán, J. Gimeno; Pérez Gómez, A. I. 2000), o Supervisor de Ensino esclareceu, corretamente, que, embora incluam múltiplas correntes com importantes matizes diferenciadores, são teorias que apresentam como característica comum a concepção intrínseca da aprendizagem, entendida como um processo de

- (A) associação de estímulos e respostas provocado e determinado pelas condições do ambiente, que exige a organização e a manipulação das contingências externas para produzir os comportamentos desejados.
- (B) construção de conhecimento, de compreensão de relações, em que as condições externas atuam mediadas pelas condições internas e têm como propósito prioritário explicar como se constroem, condicionados pelo meio, os esquemas internos que intervêm nas condutas de resposta.
- (C) construção de conhecimento determinado por contingências sociais que orientam e especificam os mecanismos reforçadores do comportamento, que funcionam como mediadores para a aquisição de novas aprendizagens.
- (D) aquisição de conhecimento mediado por fenômenos físicos e sociais, apresentados em grandes campos conceituais, organizados de forma seqüencial, de modo que cada componente desempenhe seu papel, com reforço sistemático e apropriado para garantir aprendizagem.
- (E) aproximação com o objeto de conhecimento a partir de programas de modelagem por reforços sucessivos das respostas intermediárias que conduzem à aquisição de comportamentos desejáveis.

74. A Deliberação CEE nº 21/2001, que dispõe sobre equivalência de estudos realizados no exterior, em nível dos Ensinos Fundamental e Médio, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, estabelece que

- (A) alunos do sistema brasileiro de ensino, embora portadores de diploma do exterior, devem ser classificados, no limite, no mesmo nível de sua turma que continuou no Brasil.
- (B) na análise da documentação escolar do aluno proveniente do exterior, o Supervisor exigirá a sua tradução por tradutor juramentado.
- (C) em qualquer caso, ao retornar do exterior, o aluno deverá requerer junto à Diretoria de Ensino a declaração de equivalência de estudos, para validar ou continuar sua escolaridade.
- (D) consideram-se alunos do sistema brasileiro de ensino aqueles que iniciaram seus estudos no Brasil, continuaram no exterior por qualquer período e pretendem continuar estudando no Brasil.
- (E) qualquer aluno proveniente do exterior deverá ser classificado pela unidade escolar de sua preferência.

75. O Conselho Estadual de Educação, na Indicação nº 8/2000, fixa "Diretrizes para implementação da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo". Dentre essas diretrizes, destaca-se que

- (A) conhecimentos e habilidades são os principais fatores mobilizados pelas competências profissionais para o desempenho eficiente e eficaz no trabalho.
- (B) cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento profissional possam ter suas matrículas condicionadas, unicamente, à capacidade de aproveitamento e não à escolaridade do aluno.
- (C) a concepção de profissionalização representa instrumento de uma política economicista e de linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho.
- (D) a base para a organização curricular dos cursos de nível técnico é o conjunto de conteúdos específicos da habilitação profissional.
- (E) para matrícula em qualificação profissional, de itinerário profissional de nível técnico, é exigido, no mínimo, a matrícula no Ensino Médio.

76. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, expostas no Parecer CNE/CEB nº 4/98, constituem-se em princípios, fundamentos e procedimentos que deverão nortear os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum. Dentre eles,

- (A) a adoção de uma visão teórico-metodológica única, o que possibilita garantir a coerência nas respostas às questões pedagógicas.
- (B) a concepção de educação relacionada com a invenção da cultura, entendida esta como o território privilegiado dos significados.
- (C) o estabelecimento, com prioridade, dos princípios éticos e políticos, como norteadores das ações pedagógicas nas instituições escolares.
- (D) a consideração, no processo educacional, da relação indissociável entre linguagem e afetos, como o principal fundamento dos atos de ensinar e aprender.
- (E) a priorização do saber instituído em relação ao instituinte, como reconhecimento de que a modernidade arquitetou-se a partir de referências e paradigmas seculares.

77. A Resolução CNE/CEB nº 1, de 5/7/00, ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, determina que

- (A) as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e as do Ensino Médio estendem-se, respectivamente, para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- (B) a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do Ensino Médio é a de dezoito anos completos, respeitado o direito dos menores emancipados para os atos da vida civil.
- (C) os cursos de Educação de Jovens e Adultos de nível médio deverão ser voltados especificamente para alunos de faixa etária superior à própria para a conclusão deste nível de ensino, ou seja, dezoito anos completos.
- (D) quando da autorização de cursos de Educação de Jovens e Adultos, as instituições ofertantes apresentem aos órgãos responsáveis dos sistemas, para efeito de análise e avaliação, o regimento escolar e a proposta pedagógica.
- (E) nos exames supletivos para efeito de certificado de conclusão do Ensino Médio, autorizados pelos respectivos sistemas de ensino, a Língua Estrangeira é componente de oferta obrigatória e de prestação facultativa pelo aluno.

78. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 22/98, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil,

- (A) os programas desenvolvidos em centros de Educação Infantil devem voltar-se, prioritariamente, às ações de caráter lúdico, espontâneo e prazeroso.
- (B) é muito importante assegurar, nos projetos pedagógicos para a Educação Infantil, uma antecipação de rotinas e procedimentos comuns às classes de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental.
- (C) essas Diretrizes, bem como os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, não são mandatórias para todas as instituições de Educação Infantil, ficando a critério das equipes pedagógicas a decisão de adotá-las na íntegra, ou não.
- (D) as Propostas Pedagógicas para as instituições de Educação Infantil devem promover, em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-lingüísticos e sociais da criança.
- (E) a avaliação, na Educação Infantil, deve ser entendida como instrumento de diagnóstico e tomada de decisões, admitindo-se a reprovação e os “vestibulinhos” apenas em casos excepcionais.

79. A Deliberação CEE nº 01/99 disciplina a “a autorização de funcionamento de estabelecimentos e cursos presenciais de Ensino Fundamental, Médio e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo”, balizando os procedimentos de supervisão dos estabelecimentos de ensino, quanto aos seguintes aspectos:

- I. ação reguladora do Poder Público, fiscalizando e supervisionando os estabelecimentos de ensino, a fim de verificar o cumprimento das normas legais, avaliar a qualidade do ensino ministrado e cobrar dos responsáveis pela unidade escolar descumprimentos das normas estabelecidas.
- II. fortalecimento do grau de autonomia das instituições escolares sobre o desenvolvimento do ensino e, em contrapartida, cobrando-lhes maior responsabilidade nos aspectos educativos de sua competência.
- III. competência do órgão supervisor para fazer exigências além das previstas nas normas gerais da educação ou nas específicas do sistema de ensino aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação.
- IV. competência da Secretaria de Estado da Educação para autorizar o funcionamento das instituições criadas por leis específicas, experimentais ou mantidas por universidades públicas.
- V. instauração de diligência ou sindicância por autoridade competente, por falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem, obedecidos os procedimentos estabelecidos em lei ou regulamento.

Está de acordo com a citada Deliberação, apenas o contido em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.



80. Em 2 de maio de 2007, foi protocolado numa Diretoria de Ensino pedido de autorização para funcionamento de um estabelecimento de ensino particular, que ministraria cursos presenciais de habilitação profissional de nível técnico, com início de atividades previsto para 1º de outubro daquele ano.

Cumprindo o disposto na Deliberação CEE nº 1/99, o Dirigente Regional de Ensino

- (A) constitui Comissão Especial de Supervisores para análise do relatório, que instrui o expediente e que fundamentará decisão sobre o pedido de autorização de funcionamento da Escola.
- (B) constitui Comissão Especial de Supervisores para analisar a documentação que instrui o expediente e elaborar parecer, no qual apontará, se necessário, providências a serem atendidas no relatório, no regimento escolar e nos planos de cursos, bem como no prédio e nos equipamentos que forem vistoriados.
- (C) constitui Comissão Especial de Supervisores que elaborará parecer de indeferimento para o funcionamento da escola e dos cursos pretendidos, fundamentando-se na falta de documentos do relatório, os quais indica.
- (D) indefere o pedido de funcionamento da escola e dos cursos, acolhendo o parecer emitido pela Comissão Especial de Supervisores, no qual é apontada a inconsistência do relatório, em 20 de agosto de 2007.
- (E) baixa o processo em primeira diligência para que o Mantenedor atenda providências indicadas pela Comissão Especial de Supervisores no relatório, no regimento escolar e nos planos de cursos.